



Ano I Nº 224  
07 Março 2007

### Índice

Declaração dos sindicatos dos países do NAMA 11	01
Indústria brasileira teme retomada de abertura comercial	03
Metalurgicos alemães iniciam campanha salarial	04
Resistem os trabalhadores da EADS/Airbus	04
Movimentos sociais querem levar 10 mil à Paulista contra Bush	05

## INTERNACIONAL

### Declaração dos sindicatos dos países do NAMA 11

Numa mostra histórica de unidade, organizações sindicais dos principais países em desenvolvimento se pronunciaram sobre o impacto das propostas que estão atualmente em discussão nas negociações pelo Acesso aos Mercados de Produtos Não Agrícolas (NAMA em inglês).

Sindicatos dos países do grupo NAMA 11 ( Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Namíbia, Filipinas, África do Sul, Tunísia) chamaram aos ministros de comércio e negociadores do grupo NAMA 11 a não fazerem mais concessões na área do NAMA, uma vez que a sua atual posição poderá trazer graves implicações para o emprego nas áreas de manufatura e para o desenvolvimento industrial em muitos países em desenvolvimento. As negociações que prometeram beneficiar aos pobres do mundo e promover as necessidades e interesses dos trabalhadores em países em desenvolvimento não estão produzindo esses resultados.



A posição atual do NAMA 11, fixada em 29 de junho de 2006, declara que é necessária uma diferença de pelo menos 25 pontos entre o coeficiente para os países desenvolvidos e o coeficiente para países em desenvolvimento. A posição do NAMA 11 declara ainda que as flexibilidades, conforme estão formuladas no parágrafo 8, deveriam pelo menos estar no nível das que atualmente estão entre parêntesis (ou seja, 5% e 10% como estipulado no Pacote de Julho 2004). Do ponto de vista dos sindicatos, a posição atual do NAMA 11 terá efeitos profundamente negativos e deve ser revisada.

Na posição do NAMA 11, se for aplicado um coeficiente 10 para países desenvolvidos, isso resultará num coeficiente 35 para países em desenvolvimento. Mas, um coeficiente 35 ainda teria sérias conseqüências para as taxas aplicadas em várias tarifas em muitos dos nossos países, especialmente nos setores de indústria de vestuário, têxteis, calçados, couro, plástico e borracha, móveis e automóveis. Nem o uso das flexibilidades do parágrafo 8 poderia evitar tais conseqüências.

As conseqüências serão duplas. De um lado, as reduções em tarifas além das taxas atualmente aplicadas terão um efeito devastador sobre o emprego em nossos países. Com taxas de desemprego já altas e o desafio do desemprego juvenil e falta de emprego decente como principais problemas, não podem ser tomadas outras medidas políticas que levem a perda de emprego. Segundo, a base sobre a qual a fórmula e as flexibilidades são construídas impede que nossos países façam mudanças no futuro em resposta a necessidades políticas.

A fórmula suíça reduz todas as linhas tarifárias por igual, sem flexibilidade e sem exceções (além das flexibilidades do parágrafo 8), e sem possibilidades de mudanças no futuro. As flexibilidades, que já são baixas, não podem ser alteradas no futuro em resposta a necessidades que possam aparecer, para proteger um ou outro setor. Em outras palavras, a atual estrutura industrial será capturada no acordo NAMA sem deixar possibilidades para mudanças futuras. Sendo que todos os países estão em diferentes etapas de desenvolvimento e que terão diferentes necessidades no futuro, uma fórmula igual para todos não pode cumprir as promessas de desenvolvimento e impedirá que as nossas economias se desenvolvam.

A fórmula suíça também reduz a escalada das tarifas, o que afetará negativamente as capacidades dos nossos países de proteger setores de trabalho intensivo.

Além disso, o princípio de 'menos reciprocidade que total' que é o centro das declarações do NAMA 11 na OMC, não será respeitado com a posição que o NAMA 11 tomou, ou seja, uma diferença nos coeficientes de 25 pontos. Ainda, essa diferença resultará em reduções de maiores porcentagens em países em desenvolvimento que em países desenvolvidos.

Portanto chamamos aos membros do NAMA 11 a:

\* Garantir que os países desenvolvidos façam ofertas incondicionais de maior acesso aos mercados em Agricultura e que eles não vinculem essas ofertas com NAMA. Os benefícios do acesso aos mercados em agricultura provavelmente favoreceram a poucos países, e provavelmente beneficiarão à agricultura intensiva em capital. O desenvolvimento industrial e os empregos em manufatura em nossos países não deveriam ser entregues como barganha. Mesmo em países que se beneficiariam pelo acesso aos mercados em agricultura, a barganha entre o crescimento industrial futuro e a agricultura não é uma boa opção.

\* Assegurar que os países em desenvolvimento possam aplicar uma redução tarifária que esteja em sintonia com seu nível de desenvolvimento e em conformidade com o 'princípio menos reciprocidade que total', que deveria ser substancialmente menor que as reduções implementadas pelos países desenvolvidos e as propostas de cortes tarifários que estão atualmente em discussão.

\* Assegurar que as flexibilidades do 'parágrafo 8' para os países em desenvolvimento, como foram estabelecidas no Pacote de Julho de 2004, sejam substancialmente expandidas. As flexibilidades deveriam permitir tanto a exceção de linhas tarifárias e menores reduções em tarifas para algumas linhas tarifárias. Os países em desenvolvimento não deveriam ter que escolher entre essas duas opções. Ao mesmo tempo, essas porcentagens deveriam ser aumentadas para uma porcentagem consideravelmente maior que os níveis atuais que estão entre parêntesis, e o critério vinculado ao valor das importações deveria ser abandonado. Isso poderia ajudar os países em desenvolvimento a administrar a adaptação de setores sensíveis e evitar os problemas sociais causados pela perda de empregos e fechamento de empresas que resultariam da maior liberalização; essas flexibilidades deveriam também permitir que sejam feitas mudanças em outros momentos, em linhas tarifárias que serão selecionadas para serem cobertas pelo parágrafo 8, para responder às futuras necessidades de desenvolvimento industrial.

\* Que se unifiquem para enfrentar a pressão dos países desenvolvidos

\* Assegurar que a Rodada de Desenvolvimento de Doha beneficie aos países em desenvolvimento. Se forem aceitas algumas propostas das que estão em discussão, ou se forem flexibilizadas as posições atuais do grupo, esta rodada não cumprirá com seu objetivo de promover o desenvolvimento dos pobres do mundo. No melhor dos cenários, os condenará a empregos de baixo nível em agricultura e na indústria de extração de minerais

#### Assinam:

COSATU, África do Sul  
FEDUSA, África do Sul  
HMS, Índia  
UGTT, Tunísia  
KSBSI, Indonésia

CUT, Brasil  
TUCP, Filipinas  
CGT, Argentina  
NUNW, Namíbia

## Indústria brasileira teme retomada de abertura comercial

Setor acha que dólar barato já reduziu proteção tarifária e teme pagar preço de concessão de ricos na agricultura.

Industriais dizem que fatores como imposto alto, obrigações trabalhistas e câmbio já reduzem a competitividade do país .



A indústria brasileira vê com apreensão a retomada das negociações da Rodada Doha de liberalização do comércio global no momento em que o real apresenta forte valorização.

O setor afirma que o enfraquecimento do dólar no Brasil funciona na prática como uma redução da proteção tarifária, já que reduz o preço em real dos produtos importados. O temor da indústria é ficar ainda mais exposta com um eventual acordo de liberalização comercial.

O principal objetivo de Doha é reduzir as tarifas e subsídios do setor agrícola, impostos sobretudo pelos países desenvolvidos. Para realizar essas concessões, Europa e EUA exigem maior acesso de seus produtos industriais aos mercados dos países em desenvolvimento.

O processo de valorização do real tem reduzido a disposição da indústria a fazer concessões. "Quanto mais se agrava o problema cambial no Brasil, mais delicada fica a posição do setor", diz Humberto Barbato, diretor do Departamento de Comércio Exterior do Ciesp.

Durante 2006, o real teve valorização de 9,5% em relação ao dólar. Em 2007, o ganho segue.

Os setores potencialmente mais afetados são os com tarifas mais altas consolidadas pelo Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio). No topo está a indústria automobilística, com proteção de 35%.

Rogélio Golfarb, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) afirma que vê Doha "com cautela". Sua preocupação inclui o real forte e a eventual concorrência de carros produzidos em outros emergentes. Ele diz que é favor da abertura comercial e do regime de câmbio flutuante. Mas ressalta que o país deve enfrentar os problemas que reduzem a competitividade da indústria.

"Se combinarmos nível de câmbio, ineficiências tributárias e o fato de muitos países não terem quase nada de obrigações trabalhistas, fica muito difícil competir", sustenta Golfarb. Segundo ele, o setor automobilístico responde por 15% do PIB industrial e 5% do PIB total do país. "A abertura tem de ser acompanhada de medidas internas que aumentem a competitividade da indústria."

Marconini avalia que outros setores expostos à abertura comercial são os de calçados, eletroeletrônicos, químico e de máquinas e equipamentos.

O presidente do Conselho Superior de Comercio Exterior da Fiesp, embaixador Rubens Barbosa, diz que a preocupação com o câmbio foi manifestada por vários conselheiros em encontro realizado no início deste mês para discutir Doha.

"Não ha dúvida de que o custo do financiamento interno em razão da alta taxa de juros e a continuada apreciação do real representam um grande desafio para o setor industrial, porque reduzem a competitividade externa e interna dos produtos brasileiros", observa. A expectativa da indústria, segundo Barbosa, é que o resultado da negociação seja equilibrado e que os setores mais prejudicados sejam compensados de alguma maneira.

O ministro Carlos Márcio Cozende, diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, acredita que a preocupação com o câmbio não deveria afetar as negociações. Cozende afirma que a eventual conclusão da Rodada Doha produzirá efeitos no longo prazo.

Mas reconhece que a realidade atual não pode ser ignorada e sugere que pode haver compensações para os setores eventualmente prejudicados.

A tendência nas negociações, diz Cozende, é que se encontre um meio-termo entre as demandas dos países em Doha, com tarifas industriais e agrícolas caindo de forma moderada. (Cláudia Trevisan) (Folha de S. Paulo, 22.02.2007)

## Metalúrgicos alemães iniciam campanha salarial

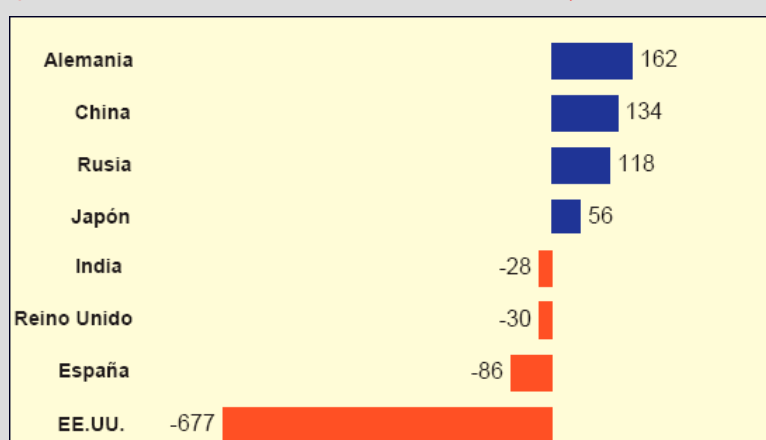
O IG Metall está reivindicando um aumento de 6,5% para os 3,4 milhões de trabalhadores da indústria metalúrgica e eletroeletrônica da Alemanha. Além disso ele pretende limitar a duração do convênio para 12 meses. Foi isso o que decidiu a Comissão executiva Federal do sindicato .

O presidente do IG Metall, Jürgen Peters, declarou depois da reunião da comissão que “diante do constante nível alto da indústria metalúrgica esta reivindicação é socialmente justificada, é necessária para a totalidade da economia e é financiável pelas empresas”. Ele apelou aos industriais para que “renunciassem a rituais supérfluos, não perder tempo e apresentar uma proposta justa rapidamente aos trabalhadores”.

Os atuais convênios da indústria metalúrgica terminam em 31 de março próximo. Segundo os dados do sindicato as empresas empregam apenas 16,4% do seu volume de vendas para o pagamento de salários.

A economia alemã exportou em 2006 mercadorias num valor de 800.000 milhões de euros. O superávit da balança alcançou um recorde de 160.000 milhões de euros. Segundo os dados do sindicato, uma parte importante dos êxitos da exportação deve-se à indústria metalúrgica que contribuiu com cerca de 500.000 milhões de euros.

Balança Comercial de Países Seleccionados 2006 (em bilhões de euros)



## Resistem os trabalhadores da EADS/Airbus

Os trabalhadores alemães da indústria aeronáutica EADS/Airbus fizeram no final da semana passada uma greve em protesto ao plano de demissões da empresa. Os trabalhadores das fabricas em Varel, Nordenham e Laupheim paralisaram os trabalhos na quinta-feira, seguindo a orientação do IG Metall. O sindicato atribui as dificuldades à má administração da empresa.

O plano de reestruturação, o chamado Power8, pode levar á demissão de mais de 10 mil trabalhadores em toda a Europa. Ele propõe a venda das unidades de Varel e Laupheim e a entrega da unidade de Nordenham para um parceiro – isso significará um corte de 3.700 empregos no País.

Nesta semana serão os trabalhadores franceses da empresa que farão sua greve de protesto nesta terça-feira. A EADS/Airbus quer suprimir 4,3 mil postos de trabalho na França.

Os trabalhadores espanhóis, onde a empresa quer suprimir 400 empregos, querem discutir a aplicação do plano Power8 na Espanha e lutarão tanto contra as demissões no país, quanto em solidariedade aos trabalhadores alemães e franceses.

No total, a Airbus emprega 56 mil pessoas, sendo 22 mil delas na França e 21 mil na Alemanha. O plano quer reestruturar a empresa com a demissão de trabalhadores e fechamento de fábricas. Serão 4,3 mil postos de trabalho na França; 3,7 mil na Alemanha; 400 na Espanha; e 1,6 mil na Grã-Bretanha nos próximos quatro anos.

A solidariedade aos trabalhadores da EADS/Airbus será um dos temas a serem debatidos no Encontro dos Trabalhadores da Industria Aeroespacial do Mercosul e da Europa, que acontecerá na próxima semana em são José dos Campos. O encontro é promovido pelo Laboratório industrial Sindical Mercosul – União Européia, dirigido pela CNM/CUT e pela Federação Minerometalúrgica da CC.OO da Espanha.

## Em SP, movimentos sociais querem levar 10 mil à Paulista contra Bush

Movimentos sociais e centrais sindicais prometem que São Paulo vai viver, durante a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, um dia de Davos, na Suíça, cidade sede do Fórum Econômico Mundial, que se tornou ponto de encontro de manifestantes antiglobalização.



Organizações querem reunir na Avenida Paulista 10 mil pessoas sob a bandeira "Fora Bush e sua política do Brasil e da América Latina". Bancos e lanchonetes de origem americana também devem ser alvos de manifestações.

Bush visitará o Brasil nos dias 8 e 9 de março. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai receber o líder dos EUA na próxima sexta-feira (9) em São Paulo, mas a passeata contra o norte-americano acontece no dia anterior (8), simultaneamente às manifestações do Dia Internacional da Mulher.

Os manifestantes prometem não descolar de Bush durante a visita. "Vamos perseguir Bush onde ele estiver", diz Antônio Carlos Spis, da Executiva Nacional da CUT. A agenda de Bush no Brasil não foi divulgada por questões de segurança, o que dificulta a estratégia das entidades.

O protesto na Avenida Paulista é organizado por grupos feministas e 32 entidades nacionais que integram a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), entre elas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Paralelamente, estão previstos protestos em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em Brasília, parlamentares organizam um ato contra o presidente na rampa do Congresso Nacional.

### Mulheres contra Bush

A "jornada anti-Bush" terá início na segunda-feira (5) com panfletagens e colagens de cartazes. Um deles compara Bush a Adolf Hitler, ao caracterizá-lo com o bigode do ditador nazista. Dirigentes de movimentos feministas se revezarão sobre o carro de som para criticar o que chamam de "política imperialista dos Estados Unidos".

Bandeiras como a igualdade de gêneros e o direito ao aborto vão se misturar a críticas à Guerra do Iraque. "O mundo que Bush promove a guerra é o mesmo mundo em que as mulheres vivem. Elas sofrem as conseqüências da guerra, da política imperialista", diz Sônia Coelho, ativista da Marcha Mundial das Mulheres.

Manifestantes cogitam, após ato no Masp, protestar contra o governo norte-americano diante de bancos ou lanchonetes na Avenida Paulista. O local ainda não foi definido.

### Bananas e bombas de chocolate

No dia seguinte à passeata, a UNE diz que vai protestar com "intervenções artísticas". Está em estudo a realização de esquetes de teatro, nas quais Bush será o personagem principal, em estabelecimentos comerciais de origem americana.

Os estudantes prometem ainda performances, como comer marmitas e bananas dentro de lojas de fast food na capital paulista, conta a diretora de Relações Internacionais da UNE, Lúcia Stumpf. (Silvia Ribeiro Do G1, em São Paulo) (*O Globo – G1, 06.03.2007*)